

PSICOMOTRICIDADE COLABORANDO COM A FORMAÇÃO DE EDUCADORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO: O CORPO COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL NA ESTRUTURA DA APRENDIZAGEM

PSYCHOMOTRICITY COLLABORATING WITH A TRAINING OF EDUCATORS IN THE INCLUSION PROCESS: THE BODY AS A FUNDAMENTAL ELEMENT IN THE STRUCTURE OF LEARNING

Cláudia Galvani¹

Resumo: O estudo investigou as concepções de docentes sobre a inclusão e a Psicomotricidade, assim como a aplicabilidade no processo educativo. Objetivo: realizar uma pesquisa com enfoque no desdobramento da formação do educador em seu cotidiano educacional e as implicações específicas da Psicomotricidade no processo de inclusão. Metodologia: o estudo de caráter exploratório e de abordagem qualitativa inclui pesquisa desenvolvida por meio da realização e coleta de dados através de um questionário com 40 (quarenta) educadores da rede pública ou privada que realizaram curso de especialização ou lato sensu em Educação Inclusiva. Resultados: os educadores de uma forma geral confirmam a importância da formação continuada com enfoque na educação inclusiva, assim como sinalizam a importância de perceber o indivíduo em sua concepção global e holística, tendo o corpo como ator principal da aprendizagem, assim como, sinalizam a importância de rever os planejamentos e as estratégias educacionais para todos os seus alunos, efetivando assim, não só uma mudança pedagógica e sim uma nova concepção e novo paradigma em relação a pessoa com deficiência intelectual e a educação inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Pessoas com deficiência. Psicomotricidade. Educador.

Abstract: The study investigated the conceptions of teachers about inclusion and Psychomotricity, as well as the applicability in the educational process. Objective: to carry out a research with a pendant on the development of the educator's training in his daily education and the specific implications of the Psychomotricity in the process of inclusion. Methodology: the exploratory and qualitative approach includes research developed through the collection and collection of data through a questionnaire with 40 (forty) educators from the public or private network who undertook a specialization course or lato sensu in Inclusive Education. Results: educators generally confirm the importance of continuing education with a focus on inclusive inclusion, as well as signaling the importance of perceiving the individual in his or her global and holistic conception, having the body as the main actor of learning, as well as Importance of reviewing educational planning and strategies for all of its students, thus effecting not only a pedagogical change but a new conception and new paradigm in relation to people with intellectual disabilities and inclusive education.

Keywords: Inclusion. Disabled people. Psychomotricity. Educator.

¹ Professora convidada COGEAE- PUCSP, clagalvani@gmail.com

INTRODUÇÃO

Vamos iniciar a discussão considerando uma premissa bastante comum no âmbito educacional. Muitos são os motivos que levam a criança a não atingir as expectativas educacionais exigidas pela escola, que podem ser problemas relacionados ao processo cognitivo, como incapacidade intelectual; ou relacionados às questões mais funcionais como: falta de atenção, indisciplina, dificuldades psicomotoras entre outros, que se não cuidados se tornam obstáculos no processo de aprendizagem.

Muitas vezes, a criança com essas características é excluída do contexto educacional, das mais variadas formas, e de forma implícita ou explícita. Nesse sentido, primeiro é necessário entender o que é estar incluído ou excluído do processo educacional e demais espaços sociais, antes de adentrarmos os conceitos específicos da inclusão.

O termo “exclusão social”, segundo Sposati (1996, p. 54), significa “a impossibilidade de poder partilhar da sociedade, e leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de uma parcela significativa da população”. Diante dessa premissa, faz-se necessário repensar sobre as atitudes e preconceitos que a sociedade carrega e multiplica acerca de grupos marginalizados. Em nossa sociedade, o diferente é visto, ainda nos dias de hoje, com grande preconceito. As diferenças, portanto, precisam ser repensadas e refletidas no espaço acadêmico, na formação de educadores e outros profissionais. Sasaki (1997, p. 3), a este respeito, define inclusão como sendo um

Processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

Faz-se necessário também falar sobre deficiência em todos os segmentos da sociedade, pois, como já mencionamos, os grupos discriminados de forma preconceituosa são colocados à margem da sociedade, como se não fizessem parte da comunidade. Esta é uma questão extremamente séria, pois ainda no século XXI carregamos vestígios de preconceito em relação à pessoa com deficiência. É urgente e necessário desmistificar a deficiência, capacitar e sensibilizar as pessoas acerca da

temática. Os cursos de formação de educadores são, hoje, espaços de discussão e sensibilização sobre a inclusão de uma forma geral. Mas existe uma grande preocupação dos educadores em relação à Inclusão Educacional. E afinal, Educação Inclusiva não é somente matricular pessoas com deficiência na escola.

Para Mantoan (1988), a Educação Inclusiva deve ser aquela de qualidade para todos. Aquela que considere as possibilidades dos alunos e que oportunize o desenvolvimento de suas potencialidades, respeitando suas condições cognitiva, afetiva, psíquica-emocional, social, contribuindo para o desenvolvimento de suas competências e habilidades, pois a “Educação é um direito de todos”.

Diante desse pensamento, é muito importante repensar a educação em um âmbito mais amplo, repensar os processos educacionais e suas implicações políticas como afirma Araújo (2006). A tônica da discussão sobre a inclusão da pessoa com deficiência, geralmente, está voltada para determinadas situações educacionais e para a escolarização, engendrando uma visão míope no campo da política educacional.

Pensar sobre política educacional nos remete a reflexões mais profundas e a mudanças de paradigmas. É necessário desconstruir o modelo engessado de processo de aprendizagem sob o enfoque conteudista e repensar os currículos e a prática da sala de aula. O formato dos planejamentos está totalmente voltado para os conteúdos a serem atingidos, restringindo a forma de construção do processo cognitivo da criança.

O planejamento deveria ser elaborado a partir de objetivos, o que se pretende atingir com esse grupo, quais as expectativas que temos em relação a esse processo educacional, ou seja, é necessário uma mudança de paradigma, em relação à forma de pensar a educação e os processos educacionais.

Pensar sobre mudança de paradigma é realmente colocar em prática o que muitas vezes já está previsto na lei, como podemos observar nesse trecho do texto do documento dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1997, p. 76): utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.

Ao analisarmos essa informação, observamos que, na maioria dos momentos do contexto escolar, a linguagem mais utilizada com as crianças é a verbal. Uma questão: todas as crianças compreendem as informações somente pelo canal sensorial auditivo?

O processamento cerebral é muito mais complexo do que imaginamos, os canais receptivos são inúmeros, e sensoriais. A linguagem não verbal é tão importante quanto a verbal, em muitos casos ela é muito mais receptiva e significativa para a criança. Quanto mais refinado o pensamento mais se evidencia o valor e a necessidade da linguagem para explicá-lo e para integrar etapas sucessivas. A linguagem é indispensável à elaboração do pensamento em condensação simbólica e regularização social.

A linguagem corporal é a primeira comunicação humana; quer seja através dos reflexos, movimentos, expressão facial ou mesmo pelos primeiros sons emitidos, e ela é expressa através do corpo.

A escrita, como a linguagem verbal, são essencialmente um modo de expressão e de comunicação. Entretanto, a linguagem é anterior ao grafismo. Antes do aprendizado da leitura, é preciso ajudar a criança a utilizar a linguagem mais rica que ela conhece, a não verbal e corporal. A escrita é, antes de tudo, um meio de comunicação e um meio de expressão pessoal. Esse modo de expressão apóia-se na exploração dos sentidos. Exige, portanto, o desempenho de dois sistemas simbólicos: o sonoro e o gráfico. Atualmente, admite-se que, além do desenvolvimento da linguagem e de uma boa pronúncia, os “pré-requisitos” estão alicerçados no âmbito psicomotor, pois a comunicação intencional e corporal é rica em expressões.

A Psicomotricidade resgata esta riqueza, através de um vocabulário que se inicia pelo corpo, respeitando suas etapas evolutivas, já que é ele o primeiro mediador entre o ser que se expressa e o meio em que ele vive.

Wallon (2015), um dos principais e dos mais importantes pioneiros da Psicomotricidade, em sua obra “Do ato ao pensamento”, enfatiza que a Psicomotricidade se diferencia da motricidade, uma vez que sua atuação tem por finalidade elevar as sensações, percepções e outros componentes do funcionamento psíquico em níveis de regulação, conscientização, simbolização, verbalização e conceitualização, efetivando-se por mediação do corpo, do gesto, da ação e do questionamento.

Pensar o corpo como sede de nossas ações, reflexões, construções, pensamentos, frustrações, experiências negativas e positivas é entendê-lo como sede da nossa própria vida. Observar o corpo nessa concepção ampla e complexa é entender as marcas da vida, o corpo como a fotografia de nossa existência; afinal, os estímulos, ensinamentos e conhecimentos recebidos durante a vida são cumulativos para efetivar processos de aprendizagem no transcorrer dos anos. Como Fonseca (2008, p. 12) enfatiza:

A Psicomotricidade característica da espécie humana não deve ser confundida com a motricidade característica das espécies animais, uma vez que só pode ser entendida como o conjunto de expressões tônico-posturais, somatognósicas e práxicas que expressam e fazem emergir o psiquismo.

Essa afirmação nos faz refletir sobre a complexidade da função cognitiva do ser humano, que permite organizar suas funções tônicas corporais, possibilitando um pensar antes de agir sobre qualquer situação, assim como a capacidade de executar um movimento de forma estruturada, organizada e não mecânica, constituindo um movimento práxico. A capacidade somatognósica, que é a consciência e o conhecimento do próprio corpo. Essas expressões possibilitam uma interação com a capacidade de expressar nossos desejos e equilibrar nossas emoções.

Educando o próprio corpo, através da interação com o mundo exterior, não só se consegue uma série de hábitos neuromotores para o desenvolvimento, como o funcionamento de sistemas de atividade cerebral e capacidades psíquicas, tais como: sensação, percepção, representação, memória, atenção, orientação, simbolização e a linguagem, estimulando o pleno desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor. O corpo e seus meios de expressão, nesse sentido, se convertem num instrumento de relação do ser. A ação e a linguagem aparecem com imediatas evidências, que permitem revelar a complexidade do ser humano em sua integridade.

A Educação Psicomotora promove uma nova perspectiva no processo da aprendizagem, através de experimentações e vivências corporais, auxiliando no entendimento do desenvolvimento neuropsicomotor da criança.

Segundo Piaget (1985), para conhecer um objeto é preciso agir sobre ele. Conhecer é modificar. Transformar o objeto, compreender o processo de aquisição, e não apenas possuir uma cópia mental, uma imagem do objeto.

Um dos aspectos que o trabalho psicomotor assume durante o período da educação infantil é fazer com que a criança vivencie efetivamente a etapa sensório-

motora e perceptiva para chegar à fase de representação mental (simbolização) de forma mais consciente e efetiva. Através do corpo orientado tanto no espaço como no tempo, a criança o utiliza do melhor modo possível o seu potencial afetivo-cognitivo-corporal.

A proposta da Psicomotricidade é a de sempre explorar esta pré-comunicação pelo que conhecemos e vivemos: a memória corporal, a primeira a se efetivar e a última a desaparecer no nosso cérebro, facilitando os processos de percepção e funcionalidade das estruturas cerebrais.

PSICOMOTRICIDADE E DEFICIÊNCIA

Diante do exposto, qual seria, então, a relação da Psicomotricidade com a Deficiência Intelectual? A compreensão sobre a Deficiência Intelectual vem se alterando nas últimas décadas, deixando para um passado remoto uma perspectiva mais atrelada ao senso-comum e assumindo gradativamente uma compreensão científica, comprometida com avaliações mais cuidadosas e sistemas de atendimentos mais eficazes.

A *American Association of Mental Retardation* – AAMR (LUCKASSON, 2002) compreende a Deficiência Intelectual em uma perspectiva multidimensional, funcional e bioecológica, caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, como expresso nas habilidades práticas, sociais e conceituais. Além dessa associação, outros sistemas também definem e classificam esse quadro, tais como a "Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde" - CID-10 (Organização Mundial da Saúde, OMS) e o "Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais" - DSM-V, os quais, de modo geral, respeitam as definições propostas pela AAMR, ainda que dentro de uma abordagem mais organicista, mas que inclui, também, uma perspectiva ambiental e social, por meio de conceitos de funcionalidade.

De acordo com o DSM V (APA, 2014), a Deficiência Intelectual está enquadrada nos transtornos do neurodesenvolvimento que são um grupo de condições com início no período do desenvolvimento. Os transtornos tipicamente se manifestam cedo no desenvolvimento, em geral antes de a criança ingressar na escola, sendo caracterizados por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional. Os déficits de desenvolvimento variam desde limitações muito específicas na aprendizagem ou no

controle de funções executivas até prejuízos globais em habilidades sociais ou inteligência.

A deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual) caracteriza-se por déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência. Os déficits resultam em prejuízos no funcionamento adaptativo, de modo que o indivíduo não consegue atingir padrões de independência pessoal e responsabilidade social em um ou mais aspectos da vida diária, incluindo comunicação, participação social, funcionamento acadêmico ou profissional e independência pessoal em casa ou na comunidade.

A criança com Deficiência Intelectual apresenta atraso global do desenvolvimento, como o nome implica, é diagnosticado quando um indivíduo não atinge os marcos do desenvolvimento esperados em várias áreas do funcionamento intelectual. Esse diagnóstico é utilizado para indivíduos que estão incapacitados de participar de avaliações sistemáticas do funcionamento intelectual, incluindo crianças jovens demais para participar de testes padronizados. A Deficiência Intelectual pode ser consequência de uma lesão adquirida no período do desenvolvimento, decorrente, por exemplo, de traumatismo craniano grave, situação na qual um transtorno neurocognitivo também pode ser diagnosticado.

Considerando essas definições, elaboradas por um grupo representativo de profissionais que constituíram o DSM V, a questão do déficit no pensamento abstrato é um dos grandes obstáculos enfrentados pela criança com Deficiência Intelectual no processo educacional. Esse processo se inicia pelos canais sensoriais vivenciados pelo corpo, nosso cérebro e assim, nossa memória tem maior facilidade de registrar situações que foram experimentadas corporalmente, pois a memória corporal é permanente. Após a experimentação corporal de uma situação, a criança tem condições de transferir para uma situação mais concreta, um material, um jogo, para posteriormente conseguir decodificar para o plano bidimensional do papel e, como consequência, elaborar o seu pensamento abstrato. Apesar de ocorrer com todas as crianças, esse processo na criança com Deficiência Intelectual necessita de maior atenção no processo corporal e concreto, pois sua maior dificuldade é chegar à abstração.

Considerando essas premissas, a Psicomotricidade é um grande aliado na estruturação dos planejamentos escolares. Pois, como já discutimos, entendendo a

complexidade do ser humano e a análise funcional da mola propulsora do nosso corpo, o cérebro, pode considerar, o movimento como um ato psicomotor. Sob essa ótica, a atuação da Psicomotricidade abordada a partir do movimento e ação, desenvolve as capacidades do indivíduo (inteligência, comunicação, afetividade, sociabilidade, aprendizagem) e entende o corpo de forma mais abrangente, com um olhar biopsicossocial.

Para Ajuriaguerra (1980), o verdadeiro conhecimento do corpo se dá pela percepção cinestésica do próprio corpo (sensação do movimento): mover é sentir, e sentir é saber. Antes de ter consciência do seu corpo, a pessoa atua com ele. Ele sintetiza a Psicomotricidade como a realização de um pensamento através de um ato motor, coeso, harmonioso e preciso. “O indivíduo só terá condições de ativar seus potenciais psíquicos na realização das atividades psicofuncionais, se for trabalhado, corporalmente, em relação a todos os aspectos psicomotores” (GALVANI, 2002, p. 23). O corpo pode ser o instrumento por meio do qual a criança se comunica e se expressa e nele se inscreve toda a história não consciente.

Essas reflexões, pode-se dizer, nos desafiam e nos estimulam na construção de novos projetos, numa perspectiva ampla e holística de perceber e entender múltiplas linguagens, dentre elas, a linguagem do corpo, em suas mais variadas e diversificadas facetas. E, considerando as diversas reflexões e linhas de pensamento sobre a Inclusão, faz-se importante lembrar que no âmbito escolar a postura e a formação do educador são tão importantes quanto às discussões em um âmbito mais amplo da concepção educacional.

METODOLOGIA

Trabalho há mais de 20 anos como docente em cursos de especialização e lato sensu, e senti a necessidade de realizar uma pesquisa com enfoque no desdobramento da formação do educador em seu cotidiano educacional e as implicações específicas da Psicomotricidade no processo de inclusão.

Nossa amostra representa um corte transversal de um curso de especialização em Educação Inclusiva. Elaborei um questionário e enviei aleatoriamente aos educadores que participaram das aulas de práticas psicomotoras nesse curso. Inicialmente esclareci que a participação nessa pesquisa era voluntária, e dos 50 (cinquenta) questionários enviados, 40 (quarenta) pessoas retornaram, informando que colaborariam com a

pesquisa. Das 10 (dez) não participantes, 4 (quatro) pessoas justificaram que não estavam atuando em sala de aula e não se sentiam à vontade para colaborar, e 6 (seis) que não tinham disponibilidade para participar.

Os dados aqui descritos representam o resultado de um estudo qualitativo, prospectivo da importância de cursos de formação para educadores com enfoque na Inclusão. Vamos discutir alguns pontos dessa pesquisa, que consideramos relevante para esse estudo.

Constatamos dos 40 educadores que 36 (trinta e seis) possuem uma percepção sobre a Deficiência Intelectual associada aos conceitos do Sistema 2002 da American Association on Mental Retardation (AAMR, 2002), que propõe princípios básicos para definição de Deficiência Intelectual, diagnóstico, classificação e planificação de sistemas de apoio.

A proposta teórica é funcionalista, associada ao comportamento adaptativo (conceitual, prático e social). O paradigma de apoio proposto enfatiza a natureza e a intensidade dos apoios e sua influência na funcionalidade do sujeito.

O modelo proposto pela AAMR, o Sistema 2002, consiste numa concepção multidimensional, funcional e bioecológica de Deficiência Intelectual, agregando sucessivas inovações e reflexões teóricas e empíricas em relação aos seus modelos anteriores, alicerçados em uma análise quantitativa, considerando somente o QI da pessoa, desprezando o contexto pessoal e social, assim como as habilidades de cada indivíduo.

Considerando essa concepção multidimensional da Deficiência Intelectual, constatamos que os educadores iniciaram um processo de reflexão sobre os conceitos iniciais, preconceituosos, sobre Deficiência Intelectual. Uma mudança de paradigma se fez necessário diante desse cenário.

Constatamos nessa pesquisa que todos os participantes consideram que a melhor opção para a criança com Deficiência Intelectual é a escola regular. Como podemos verificar em alguns depoimentos:

... porque toda criança tem o direito de exercer sua cidadania, porque a convivência com os pares da mesma idade estimula a evolução de todos, porque traz contribuições no desenvolvimento da sociedade como um todo e também do próprio indivíduo. (Educadora há 10 anos, Educação Infantil)

Para que possa se desenvolver socialmente e academicamente, para isto a escola a de se preparar e investir em formação dos professores. (Educador há 11 anos, Ensino Fundamental)

Porque com as devidas adequações curriculares o aluno com DI, tem condições de acompanhar seus pares. (Educadora há 8 anos, Educação Infantil)

Esses são apenas alguns de tantos outros depoimentos, o que nos fez refletir e constatar a importância de cursos de formação continuada, para o efetivo exercício diário do novo paradigma da Inclusão, através da percepção das capacidades e habilidades de cada aluno, e de como ocorre o processo individual da aprendizagem.

Outro ponto extremamente relevante nessa pesquisa foi o questionamento em relação à expectativa de aprendizagem da criança com deficiência intelectual. Obtivemos muitas respostas similares a essas:

O indivíduo com deficiência intelectual possui dificuldade relacionada ao tempo de aprendizagem. É necessário que disponibilize ao jovem conceitos que trabalhem em uma perspectiva concreta, sem exigir pensamentos abstrativos complexos. Trabalhar com elementos de imagem, som e principalmente cinestésicos, auxilia em sua apropriação no momento da aprendizagem. (Educador há 7 anos, Ensino Fundamental – 2º ciclo)

O aluno com DI, tem muita dificuldade em abstrair, precisa de material concreto para aprender algo, precisa de atenção particular, de praticar fazendo exercícios variados de formas sensitivas para fixar cada aprendizado. Geralmente, eles precisam de mais tempo que os outros alunos para entender a atividade e atenção diferenciada. Dependendo da severidade de sua deficiência, o aluno precisa de outros recursos, por isso o olhar atento de um professor comprometido faz a diferença. (Educadora há 15 anos, Ensino Fundamental – 1º ciclo)

Esses depoimentos nos fazem repensar no fazer pedagógico, a forma “engessada” e de como os planejamentos são mal estruturados, sem a percepção de que cada pessoa tem características e potencialidades diferenciadas. É necessário o entendimento do processo cognitivo de cada criança, como enfatiza Fonseca (2013, p. 14):

A educação cognitiva torna-se crucial para a escola regular, a sua sobrevivência como sistema de formação de recursos humanos em qualquer grau ou nível requer um *currículo cognitivo* focado para o desenvolvimento de funções que estão na origem de processos de aprendizagem simbólicos, pois ele não só melhora a motivação para aprender a aprender, e por empatia funcional, também melhora as relações interpessoais, e pode, com eficácia reduzir, os deficientes encaminhamentos para situações escolares de exclusão social ou de estigmatização e discriminação negativa.

Outro ponto relevante na pesquisa foi em relação à percepção dos educadores, sobre a importância das disciplinas oferecidas nos cursos de formação para a sua prática em sala de aula. Obtivemos reflexões interessantes como essas:

Por trabalhar diretamente com a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, o curso e as disciplinas foram excelentes para a construção de minha prática diária. (Educadora há 13 anos, Ensino Fundamental)

O curso trouxe novos embasamentos para que eu possa ter a habilidade de criar novas estratégias para o ensino de diferentes alunos. (Educadora há 7 anos, Educação Infantil)

Após o curso de formação, foi possível um aprofundamento no assunto, assim como trocas de experiências e discussões de práticas para a sala de aula. (Educadora há 9 anos, Educação Infantil)

Essas concepções e afirmações dos educadores reafirmam a importância da formação para a reflexão sobre a temática, inclusão, mas principalmente para uma mudança de atitude e paradigma. Como enfatiza Mantoan (2015, p. 5):

A perspectiva de formar uma nova geração dentro de um projeto educacional inclusivo é fruto do exercício diário da cooperação, da colaboração, da convivência, do reconhecimento e do valor das diferenças, que marcam a multiplicidade, a natureza mutante de todos nós.

Quando os educadores foram questionados sobre: qual (ais) as disciplinas do seu curso de formação que o auxiliaram na prática de seu cotidiano de sala de aula? Obtivemos a Psicomotricidade, como resultado em 34 questionários, dos 40 respondidos, confirmando a premissa de que a educação através do corpo é muito importante para a construção do processo cognitivo na criança. Como podemos observar em algumas considerações:

Psicomotricidade: trabalho com atividades corporais, com os alunos, embasada em teorias aprendidas. (Educadora há 5 anos, Educação Infantil)
Tomando como base que a aprendizagem da criança é orientada pela parte emocional, cognitiva e motora, a psicomotricidade é uma ótima referência para a compreensão de como o indivíduo aprende. (Educadora há 14 anos, Ensino Fundamental)

Nas aulas de psicomotricidade foi possível ter ideias de práticas e vivências para aplicar com os todos os alunos, despertando noções corporais e sensitivas de cada um. (Educadora há 12 anos, Ensino Médio)

Porque a psicomotricidade está presente em todas as atividades que desenvolvem a motricidade, contribuindo para o conhecimento e o domínio de seu próprio corpo, além de constituir-se como um fator indispensável ao desenvolvimento global e uniforme do ser humano, como também se constitui como base fundamental para o processo de aprendizagem. (Educadora há 16 anos, Instituição)

Muitas vezes um aluno com deficiência intelectual, por exemplo, pode não ser “bom” na aula de matemática, e nas práticas psicomotoras tem grandes habilidades, além disso, muitos jogos em grupo promovem a socialização. (Educadora há 4 anos, Educação Infantil)

Com as práticas psicomotoras pretendem-se transformar o corpo em um instrumento de ação sobre o mundo, ajuda o aluno a chegar a uma imagem do corpo operatório, permitindo que desenvolva da melhor maneira possível, melhorando todos os seus recursos e se preparando para outras etapas do desenvolvimento motor e conseqüentemente afetivo e cognitivo que permitirá melhor interação com os outros. A prática da psicomotricidade permite mediante jogos, exercer sua função de ajustamento, individualmente ou com outras crianças. (Educadora há 9 anos, Educação Infantil)

Foi muito importante, me interessei por essa ciência e fiz minha monografia baseada nela. Gosto de propor atividades que possam estimular diferentes saberes dos alunos, e pude, juntamente com a psicomotricidade, realizar um trabalho nas florestas da escola, trabalhando a parte motora juntamente com os saberes da turma, vendo muita evolução, e proporcionando evoluções aos alunos. Também trabalho com atividades corporais, estimulando os alunos em diferentes aspectos. (Educadora há 20 anos, Coordenação Educação Infantil)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda necessitamos estudar muito, refletir e questionar sobre a educação inclusiva, o que implica, que o nosso saber não é estático, e sim flexível e reflexivo. Pensar sobre a inclusão é uma viagem intensa pelo nosso corpo, passando pela postura, a forma de pensar o mundo, a visão sócio-política, as concepções sociais e educacionais, mas acima de tudo uma reflexão sobre “Ser Humano”. Afinal, a nosso ver, o corpo é a sede de todas as emoções, os pensamentos e as ações; é através dele que vivemos nossas experiências, que se acomodam em nosso cérebro e transformam-se em conhecimento.

Um dos aspectos que o trabalho psicomotor assume durante o período da educação infantil é fazer com que a criança vivencie efetivamente a etapa sensório-motora e perceptiva para chegar à fase de representação mental (simbolização) de forma mais consciente e efetiva. Através do corpo orientado tanto no espaço como no tempo, a criança o utiliza do melhor modo possível o seu potencial psico-cognitivo-corporal; como pudemos averiguar nos relatos das educadoras, o quanto foi essencial descobrir a importância dos canais sensoriais corporais para o processo de aprendizagem.

Observar o corpo nessa concepção ampla e complexa é entender as marcas da vida, o corpo como a fotografia de nossa existência e, nesse sentido, como verificamos nos depoimentos dos educadores quanto à Psicomotricidade, essas afirmam que essa área foi importante durante a formação, pois os mesmos relataram que incluem em seus planejamentos jogos e brincadeiras com objetivos específicos relacionados às áreas psicomotoras, facilitando o processo de aprendizagem, bem como para as crianças com

Deficiência Intelectual, a Psicomotricidade é um aliado na construção do processo cognitivo, facilitando sua aprendizagem.

Somos pessoas com qualidades e dificuldades, em graus e intensidades diferentes. Não podemos pensar em inclusão sem antes perceber e aceitar as diferenças de todos os seres humanos. Nascemos ÚNICOS e DIFERENTES, precisamos de uma conscientização efetiva e profunda, sobre “quem somos” e “em que corpo habitamos”, para iniciar uma mudança de paradigma. Quando não precisarmos mais de alternativas para incluir uma criança no sistema educacional, efetivamente estaremos em uma sociedade sem diferenças e sem preconceitos e de Fato: não exclusiva.

Afinal, se educar é acreditar, sonhar, construir e transformar, “não existe ‘o’ caminho, mas caminhos a escolher, decisões a tomar. E escolher é sempre correr riscos” (MANTOAN, 2015, p. 11). E, nesse sentido, concluímos que, o desafio existe, os questionamentos e a persistência são elementos fundamentais para a construção de um novo saber ou, como descrito por Morin (2011, p. 80): “O inesperado se torna possível e se realiza, vimos com frequência, que o improvável se realiza mais do que o provável; saibamos, portanto, esperar o inesperado e trabalhar pelo improvável”.

REFERÊNCIAS

AJURIAGUERRA, J. **Manual de Psiquiatria Infantil**. São Paulo: Masson, 1980.

ARAUJO, E. T. **Parceria estados e organizações especializadas: discursos e praticas em nome da integração-inclusão educacional das pessoas com deficiência**. Dissertação (Mestrado pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC, 1997.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. APA. **DSM V**. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento [et all]. Porto Alegre: Artmed, 2014.

FONSECA, V. **Dificuldades de coordenação psicomotora na criança: a organização práxica e a dispraxia infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

_____. **Cognição, neuropsicologia e aprendizagem: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Psicomotricidade: filogênese, ontogênese e retrogênese**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2008.

GALVANI, C. A formação do Psicomotricista enfatizando o equilíbrio tônico emocional. In: COSTALLAT, D. (org.). **A Psicomotricidade otimizando as relações humanas**. 2.ed. São Paulo: Arte e Ciência, 2002. p. 21-38.

LUCKASSON, R. (org.). **Mental retardation**: definition, classification, and systems of supports. 10.ed. Washington DC: American Association on Mental Retardation, 2002.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por que é? Como fazer? São Paulo: Summus Editorial, 2015.

_____. **Compreendendo a deficiência mental**: novos caminhos educacionais. São Paulo: Scipione, 1988.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2.ed. São Paulo/Brasília: Cortez/UNESCO, 2011.

PIAGET, J. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Florense, 1985.

SASSAKI, R. Z. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão da cidade de São Paulo**. São Paul.: EDUC, 1996.

WALLON, H. **Do Ato ao Pensamento** – textos fundantes da educação. São Paulo: Vozes, 2015.